

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

REQUERIMENTO Nº , DE 2022

(Da Sra. REJANE DIAS)

Requer a realização de audiência pública conjunta com as **Comissões de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa** para debater o sucateamento e a greve do INSS.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 255, a realização de reunião de audiência pública em conjunto com as **Comissões de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e Defesa dos Direitos da pessoa Idosa** para debater o sucateamento e a greve do INSS, com participação dos seguintes convidados ou, na hipótese de impedimento de algum deles, de outro representante da respectiva entidade, por ele indicado:

- Representante do Ministério do Trabalho e Previdência;
- Representante do Ministério Público Federal;
- Viviane de Aparecida Pereira Peres - Diretora da Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social – FENASPS;
- Daniel Emmanuel Daltoér – Diretor da FENASPS
- Um Representante do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS;
- ANTONIO MACHADO DE ARAUJO- Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde e Previdência do Estado do Piauí



JUSTIFICAÇÃO

O Instituto Nacional do Seguro Social – INSS é importantíssimo para a população brasileira. Trata-se da principal fonte do pouco que existe de distribuição de renda no país, destacando-se os benefícios previdenciários e assistenciais como o Benefício de Prestação Continuada – BPC para maiores de 65 anos ou pessoas deficientes; o seguro-desemprego e o auxílio-doença, quem passou a ser denominado Benefício por incapacidade temporária; a aprovação de aposentadoria rural e urbana, as pensões por morte, invalidez, entre outros serviços.

No entanto passa por um verdadeiro caos estrutural. Há em torno de 1 milhão e 800 mil requerimentos represados, fechamento e sucateamento de agências de atendimento, falta de equipamentos, problemas em sistemas eletrônicos corporativos e principalmente, insuficiência de servidores.

Apesar de toda essa relevância e considerando o acúmulo de trabalho, em vez de aumentar os investimentos, o Orçamento do INSS para 2022 sofreu um corte de R\$ 1 bilhão, que corresponde a 41% do orçamento aprovado pelo Congresso Nacional (no valor de R\$ 2,388 bilhões) para o custeio do funcionamento do órgão.

O corte de R\$ 1 bilhão no orçamento do INSS compromete ainda mais as atividades administrativas (exercidas em grande parte por terceirizados) e a manutenção das agências (serviços de limpeza e vigilância), aumentando o risco até de fechamento de agências por falta de manutenção de estrutura mínima.

O prazo de espera para análise de cerca de 1,8 milhão de requerimentos acumulados no INSS vem se alongando. Destes, cerca de 500 mil correspondem ao BPC e cerca de 458 mil requerimentos se referem a consultas agendadas para perícia médica.

O excesso de trabalho imposto ao corpo funcional do INSS é algo descomunal.



Os dados apresentados pelo [Relatório de Gestão do INSS 2020](#) mostram que entre 2019 e 2020 houve incremento de 75% da produtividade, passando de 7,5 milhões de requerimentos analisados para 13 milhões de requerimentos.

Apesar dessa imensa dedicação, o número de requerimentos se acumula, porque o INSS recebe cerca de 800 mil pedidos todo mês.

São diversos os problemas apresentados pelo sucateamento do INSS entre eles destacamos:

1. estrutura insuficiente e inadequada e deficiência nos equipamentos
2. Problemas em sistemas eletrônicos corporativos
3. Insuficiência de servidores
4. Restrição ao atendimento ao público
5. Aumento brutal da carga de trabalho de servidores

O governo se nega a fazer concurso, corta orçamento do órgão e ainda descumpre acordo de greve firmado em 2016 com a FENASPS, além de editar Portarias (nº 54 em 22/09/2021 e nº 1.351 de 27/09/21) **que sequer garantem tempo para refeição para servidores, o que é desumano!**

Por esse motivo solicitamos a audiência conjunta das respectivas comissões a ser agendada posteriormente.

Sala da Comissão, em de abril de 2022.

Deputada REJANE DIAS

